

## **REFORMAS E CURRÍCULO ÚNICO NA PRÁTICA ESCOLAR**

Miguel Henrique Russo  
TSC – Centro de Estudos e Pesquisa  
mh.russo@uol.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O texto, de natureza ensaística, recupera o cenário geral das reformas ocorridas nas últimas décadas no campo da educação, reflete sobre as consequências das reformas na prática escolar e discute a questão do currículo único e uniforme adotado em redes escolares. Vamos entender as políticas públicas de educação, como os programas estabelecidos pelo Estado, nas três esferas de governo.

Nas últimas décadas, o advento da globalização, das políticas neoliberais e a introdução das novas tecnologias, especialmente a de fundamentação microeletrônica, nos processos de trabalho, em geral, elevaram os níveis de educação geral exigidos dos trabalhadores, tornando a educação escolar um fator crucial para o desempenho dos processos produtivos.

Para que a escola desse conta das novas exigências de formação, produziram-se reformas educacionais, em âmbito mundial (Conferência Mundial de Educação para Todos; Conferências Mundiais por Temáticas; e Conferências Regionais), com vistas a uma formação mais pragmática, menos cultural e intelectualizada, mais voltada para os problemas do trabalho, em face do processo de reestruturação produtiva e das novas tecnologias de organização do trabalho (ANTUNES, 1999; CORIAT, 1988; HARVEY, 1998). Essa é a origem da concepção de currículo calcado na denominada “pedagogia das competências”, inspirado no conceito de competência, cunhado no campo empresarial, e que hoje, por meio das políticas governamentais, está processualmente substituindo a clássica concepção de currículo como fonte de cultura.

### **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PRÁTICA ESCOLAR**

Pensar as consequências, ou impactos, destas políticas na organização e funcionamento das escolas requer que levemos em conta o que as pesquisas têm revelado sobre isso. E, nesse caso, tomarei como referência as políticas

educacionais do governo do estado de São Paulo, que tem sido objeto das minhas pesquisas.

As políticas educacionais paulistas constituem-se no mais acabado exemplo de política que visa produzir resultados para uso eleitoral pelo partido no poder. Não temos aqui espaço suficiente para detalhar cada uma das políticas em curso. Na verdade, é um conjunto de políticas que constituem um programa de educação que vem se aperfeiçoando ao longo dos 26 anos de sucessivos governos do PSDB (1995-atual) no estado de São Paulo.

Em síntese, aquelas políticas estabelecem um currículo único para todas as unidades escolares da rede de ensino (aprox. 5.500 escolas, 220 mil professores e 6 milhões de alunos), produzem material didático de uso compulsório, sob a forma de textos para professores, alunos e gestores, para orientar o processo de ensino-aprendizagem, articulam todas as demais políticas ao currículo. Assim, os processos seletivos de docentes e demais especialistas e os programas de educação continuada são estruturados com vistas à divulgação da proposta curricular, ou seja, os concursos públicos passam a ter como foco central, e único, os fundamentos do “Programa São Paulo faz Escola” e não mais a formação e o preparo dos candidatos, como educadores. Finalmente, utilizam o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), cuja prova é constituída por conteúdos definidos no currículo oficial e no material de apoio, e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) para estabelecer metas numéricas a serem atingidas pelas escolas que, assim, determinarão se seus trabalhadores receberão, ou não, o denominado bônus anual.

A política do governo do estado de São Paulo é conflitante com os princípios constitucionais e legais da educação nacional. Tornou sem sentido a ideia de que cada escola tenha seu projeto político-pedagógico, porque retirou da esfera escolar as decisões fundamentais sobre a educação a ser oferecida aos estudantes. Transformou os professores em reprodutores de um currículo heteronomamente concebido e operacionalizado.

Em síntese, sem a pretensão de generalizar as conclusões das nossas pesquisas, cremos que as escolas se transformaram em executoras de programas e projetos concebidos nos órgãos centrais dos sistemas e redes, perdendo sua condição de centro de produção de ideias e propostas sobre educação e ensino, esvaziando e empobrecendo a função pensante do seu coletivo.

## **CURRÍCULO ÚNICO E UNIFORME**

No item anterior, tratamos de modo aligeirado a questão do currículo único e uniforme para as unidades escolares das redes públicas de ensino, como no caso do estado de São Paulo. Nesse item, desenvolveremos uma reflexão crítica sobre esse tema.

A uniformização curricular tem sido uma estratégia utilizada pelo estado para obter melhores resultados na avaliação do ensino, realizada por exames padronizados para medir a qualidade por meio de índices derivados, principalmente, do aproveitamento dos alunos naqueles exames, ou seja, a avaliação é feita com base nos conteúdos estabelecidos para compor o currículo obrigatório e comum a todas as unidades escolares. Assim, as provas são elaboradas e limitadas àqueles conteúdos que são os ensinados obrigatoriamente pelas escolas. Este comportamento se intensifica quando o resultado é utilizado para definir o recebimento, ou não, de bônus pelos trabalhadores da escola.

Parece lícito concluir que a fixação de currículo uniforme para todas as unidades escolares resulta em consequências negativas que põem em dúvida as eventuais vantagens da sua adoção. Penso que esta política é precursora do insucesso da educação, portanto, com resultados contrários àqueles objetivos usados para justificar sua adoção.

A lógica da manutenção do currículo uniforme é seu planejamento centralizado em órgãos do estado, com a participação de especialistas para dar credibilidade ao proposto. O currículo para ser único e uniforme para toda a rede escolar exige a definição e adoção de conteúdos acadêmicos que se distanciam dos contextos locais das escolas, dos professores e dos estudantes, especialmente em um país como o Brasil, com grande extensão territorial e culturas regionais marcantes. Ora, a uniformidade curricular é, assim, fator de uniformidade cultural e de destruição da cultura local.

Como se pode constatar, a legislação é enfática na garantia da existência de “pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas”; “na autonomia da escola”, a quem incumbe a construção de sua proposta pedagógica; na “participação dos professores e demais profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola”; e na responsabilidade dos sistemas de ensino de “assegurar progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas”.

A adoção de currículo único, contrariando os princípios acima, revela o uso de uma racionalidade técnica e autoritária, que não encontra justificativa e nem constitui fundamento para o processo democrático de formação humana, para a autonomia da escola na construção do seu projeto político-pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

## CONCLUSÃO

A adoção de currículos únicos e uniformes não parece ser uma política saudável em um país que apresenta profundas diferenças culturais, econômicas e sociais entre suas regiões e muitas vezes entre estados da mesma região. É preciso respeitar os princípios constitucionais e legais da diversidade e estimular as escolas a desenvolverem autonomamente seus projetos político-pedagógicos, não somente para oferecer às crianças oportunidades de acesso ao conhecimento universal, mas de interação com a realidade do seu grupo social.

É preciso que as diretrizes e os discursos governamentais abandonem a quase exclusiva finalidade de preparação para o trabalho atribuída à educação, que assim tem foco na qualificação individual, e se volte à formação de cidadãos conscientes e preparados para atuar ativamente na sociedade, que tenham clareza da sua integração ao grupo social, à coletividade e à nacionalidade. Este parece ser o caminho para a redução da desigualdade social e de promover a ascensão social dos indivíduos e do coletivo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999a.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999b.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, Peter (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CORIAT, Benjamin. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. *In*: SCHIMITZ, Hubert; CARVALHO, Rui de Quadros. **Automação, competitividade e trabalho**: a experiência internacional. São Paulo: Hucitec, 1988.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.